



**Potencialidades e desafios na implementação do PNAE, no IFG – Câmpus
Cidade de Goiás**

*Potentialities and challenges in implementing the PNAE, at IFG – Câmpus Cidade
de Goiás*

PINA, Iara Jaime¹; SILVA, Fabrício Cardoso da²; SILVA, Ana Cláudia de Lima³;
FERREIRA, Gabriel Caymmi Vilela⁴

¹ IFG, iara.pina@ifg.edu.br; ² IFG, fabricio.silva@ifg.edu.br; ³ UFRPE, claudia.lsilva2@ufrpe.br;

⁴ IFG, gabriel.ferreira@ifg.edu.br

RELATO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA

Eixo Temático: Políticas Públicas e Agroecologia

Resumo

Este relato apresenta a experiência do IFG – Câmpus Cidade de Goiás na execução do PNAE, em 2020/2021 e 2024/2025, destacando estratégias, desafios e aprendizados em contextos pandêmico e pós-pandêmico. A ação possibilitou o fornecimento de alimentos saudáveis e locais aos estudantes, contribuindo para a segurança alimentar em um câmpus geograficamente isolado. A articulação com agricultores familiares — muitos deles em sua primeira experiência com políticas públicas — foi central, apesar das dificuldades estruturais e sanitárias enfrentadas. O projeto também fomentou o diálogo com a vigilância sanitária e a participação estudantil por meio da extensão e da disciplina “Vivências Agroecológicas III”. A experiência evidenciou a importância da articulação interinstitucional e da formação para a qualificação do PNAE na rede federal de ensino, além de propor soluções viáveis como kits de lanches e entrepostos de distribuição nos casos onde não há restaurantes em funcionamento.

Palavras-Chave: programa nacional de alimentação escolar; políticas públicas; extensão rural; segurança alimentar e nutricional; educação agroecológica.

Keywords: national school feeding program; public policies; rural extension; food and nutritional security; Agroecological Education.

Contexto

A alimentação escolar desempenha um papel central na promoção da segurança alimentar e nutricional dos estudantes da educação básica, no Brasil. Instituído em 1955 e consolidado como política pública estruturante, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma das iniciativas mais antigas do mundo voltadas à alimentação escolar universal e gratuita, alcançando milhões de estudantes em todo o território nacional.

Com a promulgação da Lei nº 11.947/2009, o PNAE passou a garantir que, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sejam utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar.

Trata-se de uma política pública especialmente relevante no contexto de Goiás/GO, Brasil, onde 66,7% dos estabelecimentos rurais possuem base familiar e 50,4% correspondem a assentamentos rurais (IBGE, 2017). É a maior concentração



de número de assentamentos de reforma agrária do estado, sendo 24 áreas, com mais de 700 famílias e, aproximadamente, 30.000ha de terra (INCRA, 2017).

Apesar desse cenário, ao longo dos últimos dez anos, a única instituição que executou a política pública do PNAE no município foi o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), com ações realizadas no final de 2020 e início de 2021, durante a pandemia de Covid-19, e entre 2024 e 2025, em um contexto pós-pandêmico. Este relato, portanto, apresenta a experiência do IFG – Câmpus Cidade de Goiás na implementação do PNAE nesses dois momentos distintos, destacando os desafios, estratégias e aprendizados envolvidos na execução da política em contextos tão contrastantes. Além disso, discute sobre as especificidades de implementação do PNAE na rede federal de ensino que envolvem desafios administrativos, logísticos e pedagógicos, mas também oferece oportunidades para a construção de práticas alimentares saudáveis e socialmente comprometidas.

Descrição da Experiência

Este trabalho se baseia na pesquisa-ação (Thiollent, 2001), na observação participante (Verdejo, 2006) e no “saber de experiência feito” (Freire, 2014), para tecer processos transformadores de construção compartilhada de conhecimentos a partir das experiências de 2020 e 2025. Também faz uso de entrevistas semi-estruturadas (Trivinhos, 2009) e questionários. As entrevistas foram realizadas juntamente com as famílias agricultoras participantes da chamada pública do PNAE (Edital nº12/2024 - GOI-GPPGE/CP-GOIAS/IFG-Aquisição de gêneros Alimentícios - PNAE) e os questionários, com os estudantes, ambos os instrumentos foram utilizados para avaliar o processo executado, em 2025.

Após diversas tentativas pouco exitosas de execução do PNAE no IFG – Câmpus Cidade de Goiás, foi apenas em 2020/2021, durante a pandemia de Covid-19, que se concretizou a aquisição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar. Os alimentos, provenientes de um grupo informal de agricultores assentados da reforma agrária, foram organizados em cestas de alimentos in natura e distribuídos aos estudantes em duas entregas. A viabilidade dessa modalidade de entrega deve-se à Resolução nº 2/2020/MEC/FNDE, publicada em caráter emergencial devido à pandemia.

Nessa experiência, os servidores do IFG atuaram em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (Emater) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Essa articulação foi essencial para a divulgação da chamada pública, a mobilização e orientação das famílias agricultoras. Foram realizadas visitas técnicas às unidades de produção para verificar as áreas cultivadas e levantar informações que subsidiaram os projetos de venda. Todo o processo respeitou os protocolos sanitários e de distanciamento social vigentes.

Diante da impossibilidade de apresentação de um projeto coletivo, devido à documentação irregular da cooperativa à qual pertenciam, optou-se por formalizar a proposta por meio de um grupo informal de agricultores. Nos dias de entrega, os participantes do grupo informal se reuniam com seus alimentos e realizavam um mutirão de montagem das cestas.



13º CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA

Agroecologia, Convivência com os Territórios
Brasileiros e Justiça Climática



associação brasileira de
agroecologia

Ainda assim, o grupo da cidade de Goiás não conseguiu atender a todos os itens previstos na chamada pública do IFG. Assim, o resultado contemplou, em primeiro lugar, esse grupo informal e, em segundo, uma cooperativa de outro município. Cada estudante recebeu, em cada entrega, duas cestas: uma oriunda do grupo local e outra da cooperativa externa.

Nos anos seguintes, novas tentativas de execução do programa ocorreram, mas sem sucesso. Em uma delas, apesar da publicação da chamada pública, não houve propostas de venda.

Nos anos seguintes, novas tentativas de execução do programa foram realizadas, porém sem êxito. Entre os principais entraves, destacam-se a morosidade no retorno avaliativo da Procuradoria do IFG quanto aos trâmites do PNAE, o que comprometeu os prazos legais para a sua efetivação; bem como as dificuldades enfrentadas pelos agricultores em relação ao desconhecimento das documentações exigidas e das normativas sanitárias necessárias para participar. Somou-se a isso a disparidade entre os preços praticados pelos agricultores e os valores ofertados pelas redes de supermercados locais, o que, em determinados anos, inviabilizou economicamente a adesão dos produtores ao programa. Em uma das tentativas, mesmo com a publicação da chamada pública, não houve apresentação de propostas de venda, o que resultou no esvaziamento do processo.

Em 2024, com o objetivo de fortalecer o diálogo e a formação das famílias agricultoras, foi desenvolvido um projeto de extensão com a participação de servidores e estudantes do IFG. Esse projeto apoiou etapas fundamentais como o levantamento dos alimentos disponíveis na região e a pesquisa de preços. Após a publicação da chamada pública, houve nova mobilização das famílias agricultoras, novamente com o apoio da Secretaria Municipal, da Emater e da CPT. Além disso, foram realizadas visitas e orientações quanto aos aspectos higiênico-sanitários a partir da parceria entre o projeto de extensão e a Vigilância Sanitária Municipal.

Como resultado, três projetos de venda individuais foram submetidos e dois foram contemplados. Na ocasião, o restaurante do câmpus, terceirizado, encontrava-se inativo por falta de empresas interessadas, dadas as especificidades do contexto: trata-se de uma unidade no interior, com baixo número de estudantes, e cuja licitação apresenta exigências complexas para os empreendimentos locais. Diante disso, a execução do PNAE ocorreu por meio da oferta de *kits* de lanches distribuídos duas vezes por semana, em dois turnos (manhã e tarde), em razão da jornada integral dos cursos de ensino médio. Cada *kit* continha uma fruta, um panificado e um suco — este último, entretanto, não foi ofertado por ausência de agricultores que atendessem às exigências sanitárias específicas para esse tipo de alimento.

As entregas, realizadas entre o final de 2024 e maio de 2025, foram recebidas pelos fiscais do contrato e operacionalizadas por estudantes do ensino médio e superior participantes do projeto de extensão.

Paralelamente, em 2025, no âmbito da disciplina “Vivências Agroecológicas III” do curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia, o PNAE foi adotado como tema gerador. Ao longo da disciplina, os estudantes estudaram o histórico e o arcabouço legal do programa e se organizaram em grupos de trabalho para desenvolver atividades avaliativas. Um dos grupos realizou entrevistas semiestruturadas com as famílias agricultoras participantes da edição 2024/2025 para compreender sua





percepção sobre o programa. Outro grupo aplicou questionários de satisfação junto aos estudantes. Um terceiro grupo elaborou uma proposta de artigo sobre a inclusão de produtos da sociobiodiversidade do Cerrado no contexto do PNAE. Por fim, um quarto grupo contribuiu com o mapeamento dos produtos locais e com a atualização da pesquisa de preços, subsidiando futuras chamadas públicas.

Resultados

O primeiro resultado alcançado com a execução do PNAE no IFG – Câmpus Cidade de Goiás foi a oferta de alimentos saudáveis e produzidos localmente. Essa conquista assume uma relevância ainda maior diante do isolamento geográfico do câmpus, que conta com pouquíssimos estabelecimentos comerciais nas proximidades. Há anos, as licitações para contratação de empresas responsáveis pela alimentação no restaurante estudantil não obtêm êxito. Nesse contexto, a insegurança alimentar é uma realidade vivida por muitos estudantes da instituição.

As duas experiências de execução da chamada pública do PNAE, nos anos de 2020/2021 e 2024/2025, contribuíram diretamente para o fortalecimento da segurança alimentar e para a criação de um ambiente mais favorável ao processo de ensino-aprendizagem.

Outro avanço significativo foi a articulação com famílias agricultoras locais, sobretudo em 2020/2021, durante o contexto da pandemia de Covid-19. O fechamento das feiras e a queda da renda afetaram severamente essas famílias, tornando o PNAE uma oportunidade concreta — em muitos casos, a única — de escoamento da produção e geração de renda.

Nas ações realizadas em 2024/2025, as entrevistas semiestruturadas revelaram que as famílias fornecedoras eram majoritariamente oriundas de projetos de assentamentos recentes, sendo esta sua primeira experiência com uma política pública desse porte. Além da renda, o programa incentivou a diversificação produtiva, mesmo diante de inúmeros desafios, como: atrasos no pagamento, desajustes na gestão (que dificultam a precificação dos produtos), infraestrutura precária (estradas ruins, quedas frequentes de energia), e a ausência de uma assistência técnica e extensão rural permanentes.

No âmbito territorial, a partir do projeto de extensão mencionado abriu-se um canal de diálogo com a vigilância sanitária municipal sobre a Resolução RDC nº 49 da ANVISA, que regulamenta os empreendimentos rurais familiares com uma inspeção orientadora adaptada às suas especificidades. Estudo realizado por Führ, Ancin e Triches (2019) demonstrou que mais da metade dos agentes de vigilância sanitária de um município do sudoeste do Paraná desconheciam essa resolução — realidade que se repete em muitos territórios. Historicamente, o modelo de inspeção priorizou atender aos grandes empreendimentos da indústria alimentícia, deixando à margem os agricultores e agricultoras familiares.

Outra questão relevante é a regularização das cooperativas, condição fundamental para viabilizar projetos de venda a partir de grupos formalizados. Isso facilitaria a organização dos agricultores e o fluxo de execução do programa.

Diante desses desafios, é imprescindível promover processos de extensão rural que abordem temas como inspeção e educação sanitária, gestão e



administração no contexto da agricultura familiar. Nas instituições federais de ensino, a proposição de projetos desta natureza que articulem essas questões pode contribuir significativamente para a qualificação e ampliação do PNAE.

Em relação aos resultados dos questionários de satisfação aplicados aos estudantes, observou-se uma demanda por melhorias na qualidade dos alimentos, o que está diretamente relacionado às condições estabelecidas na chamada pública. Ao prever a entrega de *kits* com alimentos já preparados nas unidades produtivas familiares, há perda de qualidade, principalmente em razão do tempo de transporte até a entrega final ao estudante.

No âmbito das instituições federais de ensino, alguns aspectos estruturais impõem limites à execução do programa. Um deles é a terceirização dos restaurantes, o que implica na ausência de uma equipe permanente para o recebimento e preparo dos alimentos. Essa configuração demanda um constante processo de diálogo e articulação para viabilizar a execução do PNAE. Além disso, em muitos *campi* do interior, há dificuldade em atrair empresas interessadas nas licitações, o que compromete o fornecimento regular de alimentação. Diante disso, surge a questão “Como pensar a execução do PNAE nas instituições de ensino onde os restaurantes não funcionam?”. Nesses contextos, a implementação de *kits* de lanches pode ser uma alternativa viável, desde que se assegure à família agricultora as condições logísticas para garantir a entrega de alimentos frescos e de qualidade.

A sensibilização de gestores e servidores envolvidos com os setores de compras e licitação também se apresenta como um aspecto crucial. O envolvimento ativo desses agentes pode agilizar os trâmites burocráticos e os pagamentos aos fornecedores, contribuindo para a continuidade e efetividade do programa.

Entre os aprendizados do processo, destaca-se a importância da articulação intra e interinstitucional no território. Ela não apenas viabiliza a execução da política pública, como também fomenta a construção de processos coletivos e participativos. Neste cenário, a RDC nº 49 da ANVISA passou a ser pauta recorrente, e vislumbrou-se a possibilidade, a médio prazo, de criação de um entreposto municipal para o recebimento e redistribuição dos gêneros alimentícios da agricultura familiar. Essa iniciativa contribuiria para reduzir custos logísticos e superar um dos principais obstáculos indicados pelas famílias agricultoras: o transporte e a logística de entrega.

Outro aspecto relevante é a participação das instituições e das famílias agricultoras no processo pré-edital, contribuindo para o levantamento de produtos e a construção de uma pesquisa de preços contextualizada. Essa estratégia resulta em chamadas públicas mais situadas à realidade local e estimula, desde o início, a mobilização dos atores envolvidos.

A participação dos estudantes, por meio do projeto de extensão e da disciplina “Vivências Agroecológicas III”, foi essencial para o reconhecimento do papel estratégico da agricultura familiar na produção de alimentos. Além disso, proporcionou uma formação crítica voltada à execução de políticas públicas, ampliando as possibilidades pedagógicas e fortalecendo novas configurações de ensino-aprendizagem (Souza *et al.*, 2017). Os questionários de satisfação revelaram que 70% dos estudantes conheciam o PNAE e a origem dos alimentos recebidos.

Por fim, todo o processo demonstrou o potencial transformador da abordagem utilizada, promovendo o envolvimento coletivo, participativo e colaborativo de todos



13º CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA

Agroecologia, Convivência com os Territórios
Brasileiros e Justiça Climática



associação brasileira de
agroecologia

os sujeitos envolvidos. Essa construção conjunta gerou experiências de extensão que, ao longo do tempo, podem fomentar pesquisas educadoras e uma educação “pesquisante” (Freitas, 2004), comprometida com a realidade dos territórios e com a transformação social.

Referências bibliográficas

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União. 2009; 16 jun.

BRASIL. **Resolução-RDC nº 9, DE 20 de fevereiro de 2015.** Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária–ANVISA Diário Oficial da União, Brasília, DF, Poder Executivo, p. 28-28, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Conselho Deliberativo. **Resolução nº 06, de 08 de maio de 2020.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília: MEC/FNDE/CD, 2020.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Editora Paz e Terra, 2014.

FREITAS, Ana Lúcia L. S. de. Pedagogia do inédito- viável: contribuições da participação pesquisante em favor de uma política pública e inclusiva de formação com educadores e educadoras. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004

FUHR, A. L.; ANCINI, N. A.; TRICHES, R. M. A agroindústria familiar e as regulamentações sanitárias: análise da aplicabilidade da resolução 49/2013 em um município do Sudoeste do Paraná. **Extensão Rural**, 26(4), 2019, 69–89p.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Incra nos Estados** - Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária. 2017. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>
Acesso em: 09/06/2025.

SOUZA, Francilane E.; COELHO, José B.; RODRIGUES, Miriam S.C.; BORGES, Joyce.A. Do assentamento Mosquito ao Assentamento Serra Dourada: as lutas pela conquista e permanência na terra no município da Cidade de Goiás. **Anais do XX Encontro Nacional de Geografia Agrária**, São Paulo, 2009. 1-27p.

THIOLLENT, Michel. Notas para o debate sobre pesquisa-ação. *In: Repensando a pesquisa participante.* Org. Carlos Rodrigues Brandão. Editora Brasiliense. 2ª reimpressão, 2001. p. 82-103.





13º CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA

Agroecologia, Convivência com os Territórios
Brasileiros e Justiça Climática



associação brasileira de
agroecologia

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009. 175p.

VERDEJO, Miguel P. **Diagnóstico rural participativo: Guia prático** DRP. Brasília: MDA/Secretaria de Agricultura Familiar, 2006. 62p.

